O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 5,00 | nº 863 – de 02 a 16 de abril de 2020

Hospital de Bérgamo (Itália) | Nova York (EUA) | Guayaquil (Equador)

A BARBÁRIE CAPITALISTA

NO BRASIL, É O GOVERNO BOLSONARO

APOIE A NOSSA IMPRENSA!

ASSINE O JORNAL O TRABALHO R$ **10**/mês

No próximo período, o Jornal O Trabalho não será impresso. Faça sua assinatura e tenha acesso à leitura online em nosso site.

PARTIDO O PT precisa abrir uma saída política pág.4

LUTA DE CLASSE MP 936, mais um golpe nos empregos e salários pág.7

ESTADOS UNIDOS Trabalhadores exigem proteção e direitos pág.9

CHINA Com a retomada voltam protestos coletivos pág.11

"É o nosso futuro que está em jogo"

JPT propõe que o partido lidere luta pelo fim do governo

A Juventude do PT publicou nota aos dirigentes do partido intitulada "Ou acabamos com o governo Bolsonaro, ou o governo Bolsonaro acaba com o brasil!" (ver ao lado). Nela, afirma que cabe ao partido assumir a luta pelo fim do governo e ajudar na construção de um movimento que o derrube.

Essa postura autônoma da JPT, logo após a reunião da Executiva Nacional do partido não tomar para si esta luta, é extremamente necessária.

O país está sendo arremessado ao caos, e com ele, amplos setores jovens sem emprego, direitos, merenda escolar, bolsas, assistências estudantil, etc. Com o país desgovernado em tempos de confinamento, é preciso que o partido ajude a canalizar o grito das janelas, que se espalha no andar debaixo da sociedade, para derrubar o governo e construir alternativas frente a crise. Porém, alerta a nota da juventude: "Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e João Dória são conhecidos e suas posições golpistas levaram a eleição de Bolsonaro, o golpe contra Dilma, a prisão ilegítima de Lula. Nem Mourão nem Maia apresentam alternativas reais".

Nota de Conjuntura da JPT (trechos)

Ou acabamos com o governo Bolsonaro, ou o governo Bolsonaro acaba com o Brasil!

Aos dirigentes do Partido dos trabalhadores e da sua juventude,

O mundo inteiro vive situação de pânico e instabilidade agravada pela pandemia.

O governo de Jair Bolsonaro desdenha e radicaliza. Destruição de empregos formais, diminuição de investimento e cortes na saúde e educação. Maia, Alcolumbre e Dória não possuem nenhum compromisso com a classe trabalhadora e não hesitariam em aplicar um golpe dentro do golpe para seguir o programa da direita.

O PT deve ter voz ativa para disputar esse momento. A JPT tem a responsabilidade de organizar e mobilizar a juventude por um movimento que exija a derrubada desse presidente, e de seu governo. É o nosso futuro, da juventude, que está em jogo. Queremos voltar a viver, ter possibilidade de renda, estudo e saúde. Nem Mourão nem Maia apresentam alternativas reais.

O PT tem que ser protagonista para construir pontos de apoio para o povo sair da defensiva, reverter o jogo e apontar o rumo de vitórias mais profundas. Estamos à disposição para ajudar a construir essa saída. A luta deve estar canalizada na derrubada do governo e na construção de uma alternativa democrática e popular.

➔(íntegra www.otrabalho.org.br)

Estudantes da moradia da USP estão em risco

Sem nem mesmo condições de higiene moradores estão abandonados

Edilson Dantas, Agência O Globo

Situação precária do CRUSP, estudantes jogados ao abandono

Centenas de estudantes da maior moradia estudantil do Brasil, o CRUSP (Conjunto Residencial da USP), no campus Butantã da USP estão vivendo em condições precárias de higiene e sem condições para prosseguir seus estudos.

A USP notificou o primeiro caso de coronavírus em 11/3, um estudante do campus Butantã. Estudantes relatam que um dos prédios da moradia ficou vários dias sem água. Há relatos de apartamentos com pias quebradas, dificultando a higiene para prevenção à doença. Não há sequer máquinas de lavar roupas suficientes para atender os moradores.

Mesmo com o primeiro caso notificado a reitoria da USP resistiu em suspender as aulas em toda universidade, o que só ocorreu em 17/3 e transferiu, açodadamente, as aulas presenciais para a modalidade à distância. Porém, a administração da universidade se esqueceu que centenas de estudantes que vivem no CRUSP não tem acesso a internet na moradia, há vários anos eles cobram a instalação. Com os departamentos e institutos fechados esses estudantes não tem como acessar a internet para ver as aulas à distância. A SAS (Superintendência de Assistência Social da USP), responsável pelo atendimento dos estudantes do CRUSP, reconheceu o problema em um comunicado em 23/3 e propõe aos estudantes que se aglomerem nas salas de estudos para assistirem às aulas virtuais. É notório na moradia que essas salas não comportam atender todos os estudantes, falta espaço e equipamentos para todos!

No comunicado a SAS fala em "isolamento social" mas a administração da universidade não parece preocupada em dar condições aos moradores do CRUSP de realizá-lo. No dia 28/3 a SAS enviou outro comunicado aos moradores do CRUSP aonde informa o falecimento de um estudante de Química por coronavírus. Informa a entrega de parte dos materiais de limpeza aos moradores, mas prosseguem os problemas. No dia seguinte, o DCE da USP publicou uma "Nota de Repúdio à Reitoria" subscrita por mais de 30 Centros Acadêmicos e Associação de Moradores aonde afirma "Precisamos urgentemente garantir que os alunos que moram no CRUSP possam se isolar dessa contaminação de forma adequada e segura. Culpabilizamos a Reitoria por esse cenário de descaso com o complexo residencial e reconhecemos que é dever da mesma responder e corrigir esses malfeitos."

Correspondente

No CNPq e CAPES prosseguem ataques à Ciência

Até pesquisas relacionadas com o coronavírus sofreram cortes

O MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) emitiu a portaria nº 1.122 (19/03) que excluiu as ciências humanas e as ciências básicas das áreas prioritárias para financiamento à pesquisa. Segundo a portaria a prioridade até 2023 são áreas "tecnológicas".

A medida tem impacto direto sobre as bolsas concedidas para estudantes e professores pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em nome de "contribuir para a alavancagem em setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país" a medida quer mascarar o corte constante e generalizado de bolsas de pesquisa.

Cortes prejudicam estudo sobre teste

O governo não tem nenhum interesse em acelerar o desenvolvimento nacional e social, como fica claro pela realidade da pesquisa científica no país. Atila Iamarino doutor em microbiologia pela USP, em entrevista no programa "Roda Viva" dá um exemplo disso. Ele afirma que seria muito difícil o Brasil fabricar seus próprios testes para o coronavírus em grande quantidade devido aos cortes: "um amigo que está em uma universidade federal fazendo esses testes em laboratório (...) conseguiu um aluno de doutorado superqualificado para fazer pesquisa", porém, "a bolsa de pesquisa foi cortada por uma portaria recente". E conclui: "A pessoa mais qualificada para fazer teste (do coronavírus) perdeu sua bolsa de pesquisa (da CAPES) por redução de verba da ciência".

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) publicou uma portaria (18/03) que revisa os critérios de concessão de bolsas. O "novo sistema" é uma metodologia para cortar bolsas de todos os programas de pós-graduação. De acordo com notícias na impressa foi o próprio Abraham Weintraub, ministro da Educação, que atuou para modificar a portaria lhe acrescentado um dispositivo que permitirá cortar mais da área de ciências humanas, mas não será apenas aí – como vemos no caso acima – que os cortes devem incidir.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos faz campanha de moções aos deputados federais para que votem a revogação da portaria da CAPES.

Cristiano Junta

Nada menos que o fim do governo!

A pandemia avança. Em Nova York empilhadeiras colocam cadáveres em caminhões frigoríficos. Em Guayaquil (Equador) há cadáveres na rua. Nove grandes hospitais da Europa alertam os governos que faltam medicamentos.

É a realidade do capitalismo brutalmente revelada pela crise sanitária. Não é um acidente. É um sistema decadente, voltado para o lucro, não para o bem-estar dos povos que, desde a crise de 2008, corta as verbas de saúde no mundo.

Os magnatas, seus líderes políticos e "gênios" economistas, falam de gastos públicos, mínimos, mas para fazer o ajuste no lombo dos trabalhadores depois, e o sistema voltar a funcionar.

A humanidade não merece essa barbárie, os povos precisam de outra sociedade, socialista e humana. O recado ficará.

Bolsonaro, escolhido para defender os interesses dos capitalistas, age como sempre agiu, "acima de tudo". Na pandemia, joga na confusão, ataca o que outros fazem, ministros, governadores e prefeitos - totalmente insuficiente. Há já dois longos meses e ninguém, nenhuma instituição reage à altura do genocida, só se critica.

A oposição fala que ele "deveria renunciar". Vários falam em processos de impeachment ou de impedimento.

Mas Bolsonaro não acabou. Segue com seus generais na escalada autoritária, ameaçando com o caos social para se impor, enquanto a nação desliza para a crise sanitária.

Por isso, nada menos que o FIM do governo Bolsonaro pode atenuar, que seja, a catástrofe que se avizinha. É preciso fazer todas as exigências práticas e imediatas, e juntá-las ao FIM do governo Bolsonaro.

FIM do governo de Mourão, Braga Neto, Guedes, Moro e Mandetta, para atender essas exigências. Através de uma saída política que não virá dos golpistas de rabo-preso, como Maia, Toffoli e Dória.

NA PANDEMIA, BOLSONARO JOGA NO CAOS PARA SE IMPOR

Todos eles são responsáveis! Antes, pelas contrarreformas que esmagaram a Saúde. Agora, pelas MP 927 e MP 936 que individualizaram a relação de trabalho, cortaram salários e amputaram os sindicatos.

Mas encheram com bilhões os patrões, e a maior parte foi para o setor financeiro.

Eles se agitam, plantam manobras na imprensa. Sabedores de sua responsabilidade, para se proteger, tratam de atrair o PT e CUT – em nome da "gestão da crise" - para um acerto de "união" boa para eles, mas enganosa e desorientadora para o povo.

Que fazer?

Apoiar todas as formas coletivas de luta pela proteção da força de trabalho, a começar na saúde pública, mesmo que modestas. Com a crise tenderão a ser mais incisivas (ver págs. 9, 10 e 11).

Defender os salários e renda mínima imediata para todos informais.

Defender o SUS com verbas, testes, máscaras, leitos, respiradores e materiais. O que pede a requisição de bens privados e a reconversão industrial e de serviços como o transporte, para o essencial: saúde e alimentação para salvar o povo.

Defender os sindicatos, os diretórios do PT – onde atuam os grupos de base do DAP -, as entidades populares e de juventude, que devem se esforçar para se manter ligados.

Agir nos locais de trabalho, nos meios digitais e nas janelas. Toda forma coletiva é preciosa.

São os laços que assegurarão um futuro, amanhã, para superar o flagelo do capitalismo.

O PT e Lula precisam estar à frente desta luta independente para abrir uma saída, agrupando amplos setores sociais e políticos, até engrossar e virar o jogo.

NOTAS

BARBÁRIE EM NÚMEROS

Estes dados, que desnudam a barbárie a que o capitalismo empurra a humanidade são dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) Unesco e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

DOENÇAS

► 6 milhões de seres humanos morrem de sarampo a cada ano, doença para a qual existe vacina e tratamento.

► 1,5 milhão morre por tuberculose.

► 435 mil mortes por malária, principalmente crianças. A cada dois minutos uma criança morre de malária.

► As 10 maiores empresas farmacêuticas movimentam 323bi de euros e foram repassados a seus acionistas 60 bi euros em 2019.

MORTALIDADE INFANTIL

► 9 milhões é o número de mortalidade infantil.

FOME

► 821 milhões de seres humanos passam fome, e a cada ano 10 milhões morrem de fome.

TRABALHO PRECÁRIO

► 200 milhões de desempregados no mundo.

► 2 bi de pessoas com trabalho informal ou precário, o que representa 60% da população mundial ativa.

► 270 milhões de acidentes de trabalho a cada ano, com três milhões de mortes.

GUERRAS

► Centenas de milhares de mortos nas guerras em curso:

- Síria 380.000
- Sudão 250.000
- Yemen 100.000
- Afeganistão 100.000

► 420 bi de euros é a cifra das grandes indústrias militares.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

► 2000 bilionários em escala mundial detêm dois terços da riqueza da humanidades.

► No Brasil, 1% (empresários, banqueiros, especuladores) concentra uma renda igual a de mais de 100 milhões de brasileiros.

Memória

4ª INTERNACIONAL MOBILIZA-SE CONTRA A GUERRA

"Trabalhadores, militantes, jovens, o 4º Congresso da 4ª Internacional acaba de se realizar. Ele segue a Conferência de Reproclamação da 4ª Internacional de 1993 com base na verificação de seu programa, adotado há 61 anos por Leon Trotsky. (...) O 4º Congresso da 4ª Internacional acaba de se realizar, no momento em que as potências imperialistas coligadas desencadeiam bombardeios assassinos contra os povos sérvio e kosovar". Assim começa o Manifesto de 19 páginas adotado pelos delegados do 4º Congresso (a ser publicado no Brasil). A primeira conclusão prática foi, em todos os países, iniciar sem demora, sob formas apropriadas, as disposições de ajuda à mobilização contra a guerra.

O Trabalho nº 453 – 14/4/1999

O TRABALHO PT

Abaixo a Guerra !

OS RESPONSÁVEIS

Clinton Blair D'Alema Jospin FHC

EDITORIAL

4ª Congresso da IV Internacional

CAMPANHA Ameaças aos Sem-Terra

DIREITOS Fábrica enfrenta Banco de Horas

MOBILIZAÇÃO Atos contra FHC e o FMI

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

O PT precisa abrir uma saída política

Para salvar o povo, fim do governo Bolsonaro

Na mais grave crise sanitária e econômica já vivida no Brasil, o protagonismo parece hoje estar com a direita e a extrema-direita, a não ser pelas "janelas" e certas lutas pontuais de proteção da força de trabalho e das famílias.

Por quê?

Em parte porque a pandemia agravou a defensiva anterior dos trabalhadores. Mas em boa parte porque o PT não adota uma iniciativa independente, e fica a reboque na busca de um diálogo com o "centro e a centro-esquerda".

Dia 26, a CEN reuniu por internet com Lula, Dilma, Rui Costa e outros, mas nada decidiu de importante. A Nota tirada três dias depois era imobilista, nem um título "construir uma saída" foi aceito (ver abaixo). No dia seguinte, surpresa, o PT (Gleisi e Haddad) subscrevia na nota da oposição (PDT, PSB, PSOL) que "Bolsonaro deveria renunciar". Ele não renunciou, claro.

Registramos abaixo um debate que, apesar das condições difíceis, atravessa as instâncias do PT e os seus aliados.

Não haverá salvação para o povo com o STF que validou a PEC 927, com Maia que vota as contrarreformas, nem com Mourão que comemorou o golpe de 64. Tampouco a salvação é a "união" ao redor do oportunista Dória que posa de bom-senso. Afinal, ninguém foi às janelas pedir "bolsonarismo sem Bolsonaro"!

É preciso colar nas bases sociais que buscarão resistir e exigir medidas de emergência. Mas quem vai aplicá-las?

O Diretório do PT se reúne dia 9. É urgente discutir a construção da saída política na luta pelo fim deste governo, o que, sim, terá audiência e atrairá setores sociais e políticos, se, como no passado, o PT tiver iniciativa, agrupar e engrossar até a barca virar.

J.A.L.

AS TRÊS EMENDAS DO DAP A CEN NÃO DESTACA NEM "CONSTRUIR UMA SAÍDA"

Na reunião da CEN (26/03), onde se discutiu uma plataforma de emergência, a maioria outra vez rejeitou a linha do "Fim do Governo Bolsonaro" que, como o membro do DAP Sokol explicou, não se opõe ao "Fora Bolsonaro", também rejeitado pela maioria. Então, para a Nota que saiu em 29/03, ele propôs três emendas, duas delas rejeitadas:

1 Aditiva, destacando um título: "Construir uma saída em defesa do povo e da nação". Recusada esta emenda, Sokol ainda reduziu para "Construir uma saída", igualmente recusada ("não é hora").

2 No 3º parágrafo, questão internacional, Sokol propôs suprimir: "até os que se aproveitam das políticas (neoliberais) tiveram de compreender que a vida humana não tem preço. Vulneráveis à pandemia, tiveram de admitir ...". Sokol propôs deixar os trechos anterior e posterior, a redação ficaria: "No mundo todo, a crise colocou em xeque os dogmas neoliberais da redução do estado e da austeridade fiscal, pois só o Estado pode mobilizar recursos para reduzir o contágio, socorrer os doentes, garantir a sobrevivência da população e das bases da economia". O seu argumento era que "isso não é verdade, não é só o prefeito de Milão que não 'compreendeu'. Infelizmente a lista de governos é grande: Trump, Boris Johnson, Macron etc.". Mas a emenda foi recusada, como se tivéssemos ali aliados...

3 Na última página, na frase que propõe o "diálogo com os partidos do centro político que tenham compromisso com a democracia", propôs suprimir o "centro político". A redação ficaria: "diálogo com os partidos que tenham compromisso com a democracia". Seu argumento foi que o "centro" deu o golpe, e não é necessário dizer que tem compromisso com a democracia para "dialogar". A emenda foi acolhida.

"Motivar o PT a se posicionar pelo fim do governo"

Fala Alexandre Pupo, da Executiva da JPT

O Trabalho - Vocês afirmam (29/03) que "ou acabamos com o governo Bolsonaro, ou o governo acaba com o Brasil". Por quê?

Pupo - A crise do coronavírus mostrou as duas faces do governo.

A primeira, exemplificada pela Medida Provisória que autoriza a suspensão do pagamento de salários por 4 meses, é de um governo inimigo da classe trabalhadora. Quando puder tomar uma decisão, privilegiará o interesse dos empresários, em detrimento do povo. É a lógica por trás do discurso de "economia em primeiro lugar".

A segunda é a sua completa incapacidade. A gestão da crise de saúde pública mostra que diante da ciência, Bolsonaro opta pelo negacionismo. Isso é um risco, por sua má gestão mais pessoas vão morrer a cada dia que governe.

O PT não pode assistir e não se pronunciar, temos que lutar pelo fim do governo Bolsonaro, antes que ele acabe com o nosso povo.

OT- Como foi na JPT esse debate, e que importância tem?

Pupo- A JPT debateu muito. Optamos por nos pronunciar (ver pág. 2) tanto para os dirigentes do Partido quanto para o conjunto da militância da juventude do PT, da importância de termos um posicionamento forte. Não nos interessa ver o protagonismo da oposição cair no colo de Maia, Doria e Witzel. São inimigos do povo, e por mais que deem vazão ao discurso do bom senso contra o Covid-19, é o PT que tem o papel histórico de apontar saídas para o povo.

Por isso achamos importante também motivar o Partido para se posicionar publicamente pelo fim do governo.

A iniciativa dos partidos de esquerda, ontem, é um passo importante, mas o PT precisa – internamente – debater qual é a tática que adotará para construir as saídas que precisamos.

"Fim do Governo Bolsonaro e sua política"

Resolução da Executiva Estadual de São Paulo (25/03)

"A política do governo Bolsonaro é desastrosa para a vida da população e para a soberania nacional, mostrando-se criminosa diante da epidemia.

A revolta com o governo, que irresponsavelmente desorienta o povo e ajuda a disseminar a doença, já se ouve nas janelas e sacadas das capitais e diversas cidades, por meio dos panelaços que vêm se repetindo, nos quais o "Fora Bolsonaro" (inclusive gritado por muitos dos seus eleitores) é o que predomina.

O PT exige que sejam tomadas as medidas econômicas e sanitárias para a proteção do povo trabalhador, que é quem mais sofre e alerta: este governo não só é incapaz de enfrentar a crise, como é um vetor do seu agravamento.

Por isso, reafirmamos na defesa do povo e da nação nossa luta pelo fim do governo Bolsonaro e de toda política que ele representa."

"Além de alternativas, exigir o fim do governo"

Falam as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo

As frentes e entidades publicaram (31/3) uma Plataforma Emergencial que abre dizendo:

"O Governo Federal, ao não assumir medidas eficazes contra a crise, tornou-se a principal ameaça para a segurança e bem-estar da população. Ao contrário de liderar a nação no combate à pandemia, o presidente da República atua abertamente para sabotar medidas de proteção ao povo brasileiro, na contramão das medidas recomendadas pela OMS. Medidas simples como a quarentena, a universalização de testes da Covid-19, e a garantia de renda básica para trabalhadores e trabalhadoras(...).

É por isso que, além de propor alternativas, nos somamos às vozes de milhões que têm manifestado diariamente seu repúdio ao presidente Jair Bolsonaro e exigido o fim de um governo que joga com a vida e a morte de seres humanos."

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

de 02 a 16 de abril de 2020

/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil http://petista.org.br

"Recuperaremos plenamente a iniciativa política, apesar da crise"

Apoiamos as pautas emergenciais do PT e CUT, mas sabemos que passam pelo fim do governo

Os três integrantes do Diálogo e Ação Petista no Diretório Nacional do PT, em carta dirigida aos militantes, refletem sobre a crise e chamam os grupos de base a se manterem virtualmente agrupados, onde for possível. Aqui a íntegra da carta.

Às companheiras e companheiros do DAP,

Como vocês sabem, estamos vivendo uma crise nacional e internacional inédita.

A atual pandemia é uma importante ameaça real à vida que revela a fragilidade de todo o sistema capitalista, mas não é sua causa, senão um fator de aceleração de uma crise que vinha de antes, desde os países mais desenvolvidos, inclusive.

Há um choque e uma reflexão em curso sobre a perversidade desta "ordem".

No nosso país, no mesmo sistema capitalista, a crise foi precipitada abruptamente pelo governo negligente e incapaz de Jair Bolsonaro que é um foco de contaminação sanitária e de desorganização da vida em sociedade.

Os companheiros do DAP compreenderão que, nessas condições, o Comitê Nacional do DAP teve que suspender sua reunião prevista para este dia 28 de março.

Estamos atentos, engajados na defesa dos trabalhadores e na solidariedade popular, apoiando a organização de todas as ações coletivas de proteção sanitária, de seguridade social, pela manutenção dos empregos e dos salários, o apoio aos setores em isolamento (merendas, cestas básicas etc.), e, claro, as necessárias verbas para o SUS.

Apoiamos as pautas emergenciais do PT, da CUT e outras entidades populares. Mas, desde antes, sabemos que passam pelo Fim do Governo Bolsonaro - de Mourão, Guedes, Moro, Mandetta e outros - para serem realizadas de conjunto.

Não faz sentido o PT continuar esperando passivamente as eleições de 2022. Nenhuma dúvida deve existir após Bolsonaro ameaçar com um golpe e o recurso ao caos para impor seus planos privatistas e destruidores de direitos.

Ninguém pode, tampouco, imaginar que Maia, Toffoli, generais e grandes empresários, os golpistas principais que atacaram o PT e apoiaram a fraudulenta eleição de Bolsonaro, tenham subitamente se reconvertido à causa social ou democrática. Seus chamados à "união" na epidemia – com ou sem o protagonismo dos governadores –são uma tentativa de integrar a oposição aos planos do "mercado" de outro modo.

Por tudo isso, continuaremos, como desde o 7º Congresso do PT, debatendo para que o PT assuma a única política de enfrentamento deste sistema apodrecido, para abrir caminho a novas instituições e um novo governo.

Continuaremos debatendo e agindo. Cada um de nós agirá como der - das janelas aos bairros e empresas abertas, passando pelas redes sociais. Aonde for possível, os grupos de base do DAP se manterão vivos através dos meios virtuais, se comunicando e trocando informações.

Desde já, convidamos os membros do Comitê Nacional, assim como os grupos de base que o desejarem, a nos enviar reflexões e notícias para publicação no nosso site e na Página do DAP.

Assim que as condições permitirem, reuniremos o Comitê Nacional e, colados nos movimentos dos trabalhadores, recuperaremos plenamente a iniciativa política, apesar da crise.

São Paulo, 25 de março de 2020

Luis Eduardo Greenhalgh, Misa Boito e Markus Sokol, membros do DAP no Diretório Nacional do PT

EM DEFESA DOS DIREITOS E DA NAÇÃO

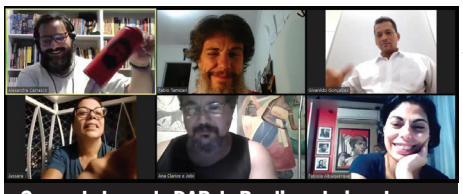
NEM BOLSONARO, NEM MOURÃO!

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

ANULAÇÃO DOS PROCESSOS CONTRA LULA

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

Grupos de base do DAP fazem reuniões virtuais



Correspondente

Grupo de base do DAP de Perdizes, bairro da capital paulista, faz reunião virtual

Apesar do isolamento forçado a que quase todos estão submetidos, grupos de base do Diálogo e Ação Petista estão se organizando para realizar reuniões virtuais, discutir a crise e, dentro das limitações atuais, preparar a intervenção política.

Em São Caetano do Sul, no ABC paulista, a discussão foi em torno da situação mundial e nacional, e a necessidade de enfrentar e derrotar Bolsonaro com a classe trabalhadora, e não através de "uniões" para aplicar a mesma política que Bolsonaro vem aplicando. Os companheiros pretendem criar um canal de comunicação pra debater com outros petistas durante a quarentena.

O grupo de base de Perdizes (bairro da Zona Oeste de São Paulo) já realizou duas reuniões virtuais durante a quarentena.

Em vários estados o DAP está tomando providências para que essas reuniões sejam realizadas. Em Pernambuco, a coordenação estadual do DAP promoveu, no dia 18 de março (antes do isolamento), uma reunião com representantes de 4 grupos de base (Professores, Cavaleiro, Fé e Política, Aldeia/Camaragibe), e as reuniões virtuais devem ocorrer ainda em abril.

DAP de MT denuncia irresponsabilidade do governador

Em carta aberta, o Diálogo e Ação Petista de Mato Grosso denuncia o governador Mauro Mendes que, no dia 25 de março, baixou um decreto permitindo que diversos setores não essenciais funcionem normalmente. Militantes de várias cidades de Mato Grosso assinam a carta, que identifica a política de Mendes à de Bolsonaro. Mesmo em quarentena, os militantes do DAP intervêm ativamente na situação política.

Abaixo, um trecho da carta:

"O decreto 425/2020 de 25 de março do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, dando permissão a diversos setores que não são essenciais para funcionarem, é na verdade um "decreto da morte". Mauro Mendes está sendo irresponsável ao minimizar a propagação do coronavirus e não obedecer às recomendações de autoridades médicas e científicas em nome dos interesses de setores econômicos que ele representa. Nosso Estado destina sete bilhões de reais ao ano de renúncias e incentivos fiscais aos mais ricos, sendo que esses recursos poderiam ser destinados ao povo. Em primeiro lugar, para reduzir as mortes, é preciso o isolamento social, como é indicado pela OMS. Em segundo lugar, necessário se faz revogar a lei estadual do teto de gastos para se investir muito mais em saúde, sem fazer nenhuma política de redução de salários e renda.

Reforçamos a posição da Central Única dos Trabalhadores (CUT): 'Reivindicamos a suspensão imediata de todas as atividades que não forem essenciais e a ampliação das atividades à distância'. (...)

Nós, do Diálogo e Ação Petista, nos comprometemos a unir esforços com os demais companheiros e companheiras do PT no combate a essa política assassina dos governos Mauro Mendes e Bolsonaro, para defender os direitos e as garantias dos trabalhadores e das trabalhadoras, que começam com o direito à vida- o que está claro, é incompatível com a continuidade da política anti-povo de Bolsonaro e de seu seguidor em Mato Grosso, o governo Mauro Mendes."

CUT e sindicatos na defesa da classe contra a pandemia

Garantia de salário e emprego, defesa dos direitos e proteção efetiva

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, os capitalistas e governos se aproveitam da pandemia para atacar a classe trabalhadora. Grandes empresas e bancos recebem bilhões em meio ao colapso econômico em curso, e, ao invés de garantir salários, empregos e direitos trabalhistas, os atacam, alegando a emergência da situação.

Os sindicatos estão chamados a defender a classe onde ela segue trabalhando sem proteção ao vírus, a defender salários integrais durante suspensão de atividades, além de medidas de proteção aos informais.

A resolução adotada pela executiva nacional da CUT, após reunião virtual em 25 de março, publicada no site da central (www.cut.org.br) no dia 27, é um ponto de apoio e traz orientações para os sindicatos e ramos (ver quadro). Abaixo trechos dessa resolução (intertítulos da redação).

Sem amarras para cobrar a ação do Estado

"A CUT, cumprindo seu papel como central sindical, pressionará para que existam espaços de negociação com governos e entidades patronais para defender as reivindicações e exigências da classe trabalhadora diante da pandemia que agrava a crise econômica. (...)

A CUT, independente que é de governos e patrões, não participará de organismos governamentais de gestão da crise, ficando assim sem qualquer tipo de amarra para cobrar em todos os níveis a ação do Estado

Raphael Marquez

Funcionários de call center exigem medidas de proteção no local de trabalho (bairro do Cabula, Salvador)

e medidas de emergência no controle da pandemia e na proteção da população.

Exigimos do Congresso Nacional uma postura firme em defesa do povo brasileiro devolvendo ao Executivo a MP 927, que condena a classe trabalhadora a uma sentença de morte.

A MP preserva apenas os interesses do capital, atacando nossos direitos, elimina os sindicatos de negociações com as empresas, para individualizá-las, submetendo trabalhadores e trabalhadoras à chantagem patronal. (...)

Os grandes empresários, especuladores e banqueiros, parte do 1% da população que concentra uma renda igual a de mais de 100 milhões de brasileiros, têm de assumir o ônus da crise, cuja dimensão só foi possível, no Brasil e no mundo, pela existência de um sistema econômico que beneficia o lucro privado em detrimento dos sistemas públicos de proteção social que vieram sendo desmantelados nos últimos anos, como no caso da contrarreforma da Previdência e do sucateamento do SUS em nosso país.

Bolsonaro sabota, é urgente o fim de seu governo

Num momento em que o governo federal se tornou um fator de agravamento da crise sanitária (...) o presidente da República atua abertamente para sabotar medidas de proteção ao povo brasileiro, torna-se uma questão urgente e imediata lutar pelo fim do governo Bolsonaro para salvar o Brasil do caos.

Neste sentido, a CUT soma a sua voz a de milhões de brasileiros que em "janelaços" e outras formas de manifestações (...) clamam por 'Fora Bolsonaro!'. (...)

Vivemos uma virada histórica de consequências imprevisíveis para o futuro da humanidade. A crise é mundial e assume contornos ainda mais perversos no Brasil, onde se combina com uma crise política e institucional provocada pela existência do governo Bolsonaro.

Nem a CUT, nem ninguém, tem a receita mágica para superar essa situação, mas uma coisa é certa: é vital a defesa da existência física da classe trabalhadora para que, uma vez passada a tormenta, possamos reconstruir tudo, na via de superação do atual sistema capitalista predador e promotor das desigualdades sociais.

Só a classe que produz todas as riquezas e é explorada pelos parasitas capitalistas - a classe trabalhadora - tem a capacidade de salvar a humanidade do caos e da barbárie."

EXIGÊNCIAS E MEDIDAS URGENTES

- Revogação do teto de gastos (EC 95), suspensão da LRF e do pagamento da dívida pública para garantir os investimentos públicos necessários;
- Ampliar os recursos para a saúde, atendendo ao SUS, garantindo proteção aos seus trabalhadores;
- Garantir produção e distribuição de EPIs para todos os trabalhadores da saúde, da imprensa e das atividades que não possam ser suspensas (alimentação, transportes etc), consideradas ou não essenciais;
- Estabilidade no emprego, salários integrais e direitos dos trabalhadores afastados por quarentena ou contágio, renda de um Salário Mínimo para os informais enquanto durar a crise;
- Suspender o pagamento de contas de serviços públicos (água, energia, telefone, internet) e da obrigação de pagamento de aluguéis, planos de saúde, transporte público, empréstimos e financiamentos pelo mesmo período;
- Apoio a agricultura familiar com criação de crédito emergencial, prorrogação dos vencimentos dos financiamentos;
- Assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos e demais comunidades rurais, inclusive de povos e comunidades tradicionais;
- Fundo de Emergência com dinheiro do Estado, do setor privado e da taxação dos super ricos para prover as medidas acima apresentadas.

Negociar sim, pacto social não!

Dirigentes de centrais reúnem-se com patrões e com Maia

Como diz a resolução da CUT (acima), negociações com patrões, governos e legislativos devem ser buscadas pelas organizações sindicais, visando a defesa dos interesses dos trabalhadores contra a ganância do capital.

O que é muito diferente de promover "câmaras", "fóruns" ou "mesas" de "gestão da crise", assumindo responsabilidades que são do Estado e dos governos, que devem ser cobrados pelos sindicatos.

Ricardo Patah, presidente da UGT, chegou a falar em "pacto social" numa reunião virtual das centrais sindicais com Rodrigo Maia. Não espantaria se dirigentes da Força Sindical fizessem o mesmo. Afinal, em tempos de crise ao longo da história, pelegos sempre quiseram ser "ministros sem pasta" de governos que pedem sacrifícios aos trabalhadores para preservar o "mercado".

Já Sérgio Nobre, presidente da CUT, informou que, em 29 de março, os presidentes das centrais reuniram-se com a CNI (patronal da Indústria). Segundo ele, a CNI vai orientar as empresas que representa a nada decidir sobre empregos sem antes negociar com os sindicatos, pois haveria um "consenso" em mantê-los e também com a "política de isolamento num momento de pico da contaminação" (site da CUT).

Na reunião virtual da executiva nacional da CUT de 30 de março, Nobre disse ainda que a "retomada da produção" seria também negociada, por orientação da CNI, com os sindicatos de trabalhadores.

Nenhuma demissão!

Sim, negociar com os sindicatos é fundamental, mas, por si só, não é garantia de que não haverá demissões, que, aliás, já ocorrem. Logo, a exigência central é nenhuma demissão, garantia do salário integral e dos direitos trabalhistas.

Se a CNI se diz a favor do "isolamento", é o caso de perguntar quais foram as indústrias que suspenderam suas atividades? Sabemos que montadoras fecharam por pressão dos sindicatos de metalúrgicos da CNM-CUT (ver OT 862).

E nas indústrias consideradas "essenciais" – alimentos, medicamentos etc - quais são as medidas adotadas pelos empresários para proteger os trabalhadores?

Como observou Lula numa discussão com dirigentes da CUT, trata-se da mesma CNI que ditou os termos da MP 927 do governo Bolsonaro, que ataca salários e direitos para preservar os patrões em meio à atual crise. Por isso, olho vivo com eles!

Julio Turra

MP 936, mais um golpe nos salários

Depois da MP 927, ataque aos direitos do trabalhador é redobrado

O governo Bolsonaro editou em 2 de abril a Medida Provisória 936, já em vigor, que permite aos patrões reduzir jornadas e salários em até 100% e suspender os contratos de trabalho através de acordos individuais.

Apresentada como medida de proteção ao emprego, ela protege as empresas – que já vinham demitindo e reduzindo jornadas e salários em 25%, autorizadas pela anterior MP 927 que segue vigente – e afasta os sindicatos das negociações de redução de salários.

O governo entra com compensação ao salário cortado, de 25%, 50% ou 70% do seguro desemprego (que varia de 1.045 a 1.813 reais) e no caso de suspensão do contrato de 100%.

O trabalhador com contrato suspenso terá que pagar o INSS como autônomo para não interromper o tempo de contribuição para aposentadoria. O patrão vai completar a parcela do seguro desemprego com uma indenização, sem natureza salarial, que não entra, portanto, também no cálculo do 13º e FGTS.

O patrão é ainda favorecido, pois poderá abater o valor dessa indenização do seu lucro para cálculo de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido.

A MP é inconstitucional ao permitir redução salarial sem acordo ou convenção coletiva com os sindicatos. É ilegal ao usar a suspensão do contrato para mascarar a supressão do salário. Um ataque brutal aos trabalhadores e aos sindicatos que é inaceitável!

Primeiras reações

Cinco centrais sindicais – CUT, Força, CTB, Nova Central e UGT - divulgaram nota no início da tarde do dia 2, em que consideraram "insuficientes" as medidas da MP 936. "Insuficientes", medidas que esfolam o trabalhador em benefício do patrão?

A nota, com o aval do presidente da CUT, Sérgio Nobre, cobre esse absurdo dizendo que "a resposta do governo, ante à pandemia e a redução da atividade econômica é tímida, indigesta e insignificante frente aos recursos disponibilizados para o setor financeiro". Ela ainda propõe emendas à MP 936.

A Executiva nacional da CUT soltou outra nota no final da tarde, dizendo que "a MP 936 não responde às exigências e necessidades da classe trabalhadora ", orientando seus sindicatos a "não permitir a negociação individual" e reafirmando as propostas da central para defender a classe na crise atual (ver pág. 6).

Já os partidos de oposição – PT, Rede, PV, Psol, PSB, PDT, PCdoB e PCB – afirmam em nota que atuarão no Congresso "para rejeitar a MP 936 e construir uma proposta que garanta estabilidade no emprego e o pagamento dos salários", propondo "cobrar dos banqueiros sua cota nessa crise". Na calada da noite, o partido Novo anunciou emenda para estender a MP ao setor público.

É hora de defender a nossa classe, sem nenhuma ilusão nos acenos ao "diálogo" de empresários e de Rodrigo Maia. Abaixo a MP 936!

Lauro Fagundes

CADÊ OS 600 REAIS?

O governo, depois de propor míseros 200 reais de ajuda aos informais, acordou com o Congresso uma ajuda de 600 reais por 60 dias, sendo de 1.200 reais para mães chefes de família. Mas até o fechamento desta edição, não havia previsão de quando será paga.

Há problemas de cadastro e outros. Mas a "novela" se arrastou porque o governo pedia uma emenda constitucional (PEC) do Congresso para essa "despesa", quando se sabe que o STF já a autorizou. O governo Bolsonaro, como se vê, despreza as necessidades urgentes do povo.

Ameaça de pane na saúde e serviços públicos em São Paulo

A ação sindical é vital para cobrar medidas das autoridades

FSP, reprodução

Em hospital paulistano espaço para itens de segurança e contra o coronavirus está vazio

A pandemia do Covid-19 atingiu os estados e municípios brasileiros já castigados pela política de desmanche dos serviços públicos, em especial nas áreas de urgência. Desde a Emenda Constitucional 95, que congelou gastos públicos por 20 anos, foram retirados, só da Saúde, R$ 30 bilhões em dois anos.

Em São Paulo, os governos tucanos de Dória e Bruno Covas adotaram o isolamento, o que é correto, e por isso bateram boca com Bolsonaro. Mas a política deles quanto aos serviços públicos é a mesma.

Governador e prefeito liberaram R$ 35 bilhões para se fazer hospitais de campanha, no Pacaembu (200 leitos) e no Anhembi (1.800 leitos), mas sua administração será feita pelo hospital Albert Einstein, que vai contratar 2 mil profissionais de saúde para atender os infectados.

Caos na rede pública

Ao mesmo tempo, na rede pública a situação é caótica: faltam servidores, material básico (máscaras, luvas, aventais), testes, com os profissionais submetidos a uma tensão permanente.

O secretário de Saúde da capital, Edson Aparecido, diz que não falta nada, mas o canal aberto pelo Sindsep (sindicato dos municipais) recebe todo dia dezenas de denúncias de falta de materiais, abuso de chefias e contaminação de servidores. Já são 559 servidores da Saúde afastados por contágio ou risco.

No Serviço Funerário, que é público na capital, o desmonte é enorme, pois o plano tucano era privatizá-lo. Dirigentes do Sindsep tem ido aos cemitérios para orientar os sepultadores sobre uso de EPIs e que, caso não existam, se recusem a trabalhar.

Se no estado mais rico, que é São Paulo, a situação é essa, imagine-se nos demais. Está claro que se impõe a ação dos sindicatos na cobrança de medidas concretas das autoridades para proteger os servidores e através deles a própria população.

João B. Gomes

FLORIANÓPOLIS: "SE NÃO FAZEM, NÓS FAZEMOS"

Na Comcap (coleta de lixo), os trabalhadores impuseram, através do Sintrasem (sindicato dos municipais), medidas de autodefesa do Covid-19. Até copos descartáveis e álcool gel faltavam na empresa municipal.

Em sua assembleia – guardando distância de 1 metro entre cada presente – eles decidiram rodízios para diminuir a exposição ao contágio e limitar a jornada de trabalho, pois, referindo-se ao prefeito Gean Loureiro e à direção da empresa, "se eles não fazem, nós fazemos".

As medidas adotadas pelos trabalhadores foram confirmadas pela Justiça do Trabalho, depois do Sintrasem acionar o Ministério Público do Trabalho que determinou à Comcap que as cumprisse, além de respeitar as cláusulas sobre EPIs, Saúde e Segurança do Acordo Coletivo.

Ocupação cobra prefeito na Vila Maria

2 mil famílias querem garantia de sobrevivência

O movimento da ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria, zona norte da capital paulista, enviou em 31 de março uma carta ao prefeito Covas reivindicando, em caráter de emergência, cestas básicas, ovos, leite, alimentação infantil, material de higiene e botijões de gás.

O movimento pede esses suprimentos para toda a região, e não só para a área ocupada por 2 mil famílias, considerando ser obrigação das autoridades garantir o mínimo para a sobrevivência do povo.

Iniciativa importante, num momento em que a Rede Globo, todos os dias, promove exemplos de ações solidárias, cobrindo a responsabilidade dos governantes e criando a ilusão que elas seriam suficientes para atender milhões de pessoas em todo o país!

Pandemia no Brasil e no mundo

Com o governo Bolsonaro não dá!

Dia 31 foi o 15º panelaço contra o governo

Bolsonaro e a equipe são erráticos e repulsivos - tem de ser removidos. Mas não é certo que o mundo faz a coisa exata enquanto Bolsonaro faz errado. Isso nos alerta para as forças sociais que podemos contar para enfrentar o coronavírus, o qual acelerou a crise capitalista anterior.

O próprio ex-presidente do banco Goldman Sachs, Paulo Leme, disse (OESP 15/03) em resumo que "a pandemia acelera tendências de antes, seria necessária a intervenção ousada e coordenada dos governos, sanitária, monetária etc., mas não há. As autoridades não lidam com a situação de forma eficiente e o mercado fica desancorado. Nos momentos difíceis os EUA sempre tiveram o papel de liderança e a credibilidade de conduzir, o que hoje não têm. Por isso cada um tenta resolver por si, e o mundo ficará à deriva por um tempo". Ele não questiona o sistema que, com todo o morticínio, espera que volte a funcionar!

Os Bancos Centrais injetaram trilhões, não adiantou, as Bolsas desabaram. A TV mostra cenas de barbárie nas cidades mais aparelhadas do mundo, onde, depois do brutal corte de leitos sociais que seguiu a crise de 2008, hospitais escolhem quem vai morrer.

A tônica é a "união nacional" com os governos, para integrar os sindicatos e os partidos de oposição na preservação das empresas e do patrimônio privado (a ordem burguesa). O mundo vai ao confinamento pregado pelos cientistas. Mas em geral se mantém fábricas não-essenciais funcionando e não proveem equipamentos de proteção. Se decreta tipos de "estado de emergência", põe o exército e polícia na rua, restringem liberdades etc. Quando seria necessário a coesão consentida pela confiança na representação - para aplicar medidas radicais de emergência -, a requisição de bens privados e a reconversão industrial para garantir os equipamentos de saúde.

Quem vai aplicar as medidas?

Bolsonaro se mostra irresponsável com medidas atrasadas e pífias. Com avanços e recuos, tenta passar decisões antidemocráticas e desregulamentadoras para atrair o patronato. Parece disposto a usar o caos na economia e na saúde para se impor, na escalada bonapartista autoritária que vem desde a posse. Depende de arrastar os militares e da passividade da oposição.

Governadores e prefeitos sob pressão adotam medidas de isolamento, mas mantém a maioria das fábricas. Faltam respostas nas periferias e bairros populares sobre merenda e cesta-básica, o próprio isolamento num cômodo onde moram 5 ou 6 não é evidente. Mas sem o governo federal que garantia – mesmo os do Nordeste - podem dar sobre máscaras, testes em massa, novos leitos e aparelhos de respiração?

Sim, é preciso defender empregos, salários e a extensa pauta sanitária de exigências das entidades. Mas atenção, no Brasil se pergunta "quem vai aplicar"? Os governadores Witzel, Zema ou Dória? Bolsonaro aplicará as medidas da CUT e do PT?

As janelas têm a palavra

Por isso o protesto nas "janelas" integra um sentimento popular maior. São a forma limitada de mobilização social possível. Começou espontânea antes da entrevista do ministério dia 18, sufocou o contra-panelaço e continuou chegando mais leve à periferia. Ecoa Fora Bolsonaro, Assassino e outros gritos, mas ninguém pede Maia ou Mourão.

O pêndulo da classe média se moveu. Uma parte do patronato hesita sobre um acerto institucional, outra parte se agarra no governo. O fato é que não há como, com esse governo, nem aliviar a pandemia.

Janaina Paschoal pediu a renúncia para Mourão assumir ("não há tempo para impeachment", demora de 4 a 6 meses). Antecipar as eleições presidenciais - como fazer campanha eleitoral e votar em meio à uma pandemia? A Rede Globo saberia, com Maia e o TSE governando.

Mas esperar 2022, como o PT, cria um vazio perigoso. Que pode ser ocupado por um tipo de "união nacional" com Maia e governadores, talvez as centrais sindicais e a oposição - um desastre.

A hora é de exigências de proteção do povo aos poderes do Estado, ressaltando o Fim do governo Bolsonaro para conquistá-las.

É hora de apoiar as formas coletivas de luta dos setores que, consultados, queiram parar por falta de proteção ou para se preservar, iniciativas nos bairros por proteção e distribuição, na medida em que a crise se expande. Muitos não têm reservas e podem gerar explosões e saques. Onde o povo buscar solução, ajudar a organizar.

É hora de reunir as condições embaixo e por cima, para construir uma saída política independente que valha à pena, da qual o PT e Lula deviam estar à frente.

Markus Sokol

Os desafios na Saúde para enfrentar o Covid-19

Ao invés de fortalecer o SUS governo privilegia planos privados

A doença se alastra rapidamente e com um alto poder de contágio. Nos deparamos com a realidade: se muitas pessoas adoecerem juntas não poderão ser atendidas ao mesmo tempo.

O isolamento social reduz essa velocidade de contágio. Mesmo assim seria preciso 200% a mais de leitos de terapia intensiva(UTI) para atender os doentes, segundo os estudos de projeção.

A realidade é que no Brasil só 15% dos municípios possuem leitos de UTI. O Imperial College de Londres fez cálculos baseados na velocidade de contágio associados a como o vírus se comportou em diversos cenários e demonstrou para o Brasil que, sem as medidas adequadas, podemos ter mais de 187 milhões de infectados, com 1.152.283 mortes. Ao fazer o controle da circulação da doença com testagem e isolamento de positivos mais o distanciamento social pelo tempo necessário, podemos chegar a menos de 50 mil mortes. Um milhão de mortes a menos!

Governo atende planos de saúde e não o SUS

Além do isolamento social precisamos de testagem em massa, ampliando o isolamento de pacientes com doença e limitando a circulação do vírus. Porém aqui desde semana passada só estão sendo testadas as pessoas que chegam em estado grave nos hospitais.

É preciso também preparar leitos, insumos e equipamentos, inclusive os leitos de UTI, não só os de hospitais de campanha (que não são de UTI). Seria necessário um Estado forte e um SUS forte para coordenar a resposta e o acesso igual a todos os leitos. Mas este governo faz o contrário.

O sistema privado tem mais de 50% de leitos de UTI e atende a menos de 30% da população. Quem tem plano hoje faz o teste e tem o resultado em 48 horas. Quem faz o teste no SUS demora até 20 dias para receber o resultado. O governo, ao invés de investir no setor público - até agora menos de 1,5 bilhões foram propagandeados de ajuda ao SUS – liberou 10 bilhões para os planos privados. Além disso o recurso público pode ir para pagar atendimento privado, mantendo a política desse Ministério da Saúde de privilegiar a saúde suplementar. Um exemplo é a recente homologação em 20 de março da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) que contratará médicos CLT para os vazios assistenciais em substituição aos Mais Médicos. É mais uma terceirização aos moldes das OSS (Organizações Sociais) que precarizará o atendimento dos municípios nas Unidades Básicas de Saúde.

Juliana Salles

Nos EUA trabalhadores exigem direitos e proteção

Pacote de medidas de Trump privilegia os bilionários

A pandemia do Covid-19 atingiu os EUA em cheio de forma surpreendente. A ausência de um sistema de saúde público e integrado, a conectividade com áreas do mundo com alta incidência de casos, como China e Itália, e também semanas de vacilações por parte do governo (sobretudo o federal) contribuíram para que o país seja o campeão no mundo: 212 mil casos, 4,7 mil mortes até 1o de abril.

Além do impacto direto na saúde, a crise do Covid-19 interrompeu a atividade econômica no país. Milhões de trabalhadores perderam o emprego e seu sustento ou estão sendo postos em situações de extrema vulnerabilidade (risco de desemprego, adoecimento ou morte). 3.3 milhões de pessoas estão solicitando seguro-desemprego, superando em quase cinco vezes o recorde prévio de quase 700 mil solicitações em 1982. As estimativas (do banco central – FED) é que a taxa de desemprego salte dos 4% aos 30% de janeiro a abril.

Pacote de medidas é mais generoso com os bilionários

Como resposta à crise, foi aprovado pelo Congresso em 26 de março um pacote de estímulos econômicos de US$ 2,2 trilhões, quase 10% do PIB e quase 50% das receitas orçamentárias do governo. Dentre as medidas, destacam-se: pagamento de US$1.200 a todos os indivíduos com renda anual inferior a US$75.000; aumento do seguro-desemprego em US$600 semanais por até quatro meses.

Mas o pacote não mexe na legislação trabalhista, que não garante direito a afastamento por saúde com manutenção de salário. Cerca de 25% dos trabalhadores estão em tais condições e são forçados a se manter trabalhando expostos à contaminação. Ao contrário, o pacote abre ainda mais margem para empresas suspenderem salários dos afastados por saúde.

Ademais, ele é muito mais generoso com os bilionários do que com o povo pobre. O pré-candidato democrata Bernie Sanders havia proposto que cada família recebesse até US$2.000 dólares mensais (não um pagamento único) por toda a duração da crise. E critica o fato do pacote dar US$500 bilhões para grandes empresas e corporações sem quase impor condições ou supervisão sobre como será usado. Essas corporações tendem (como fizeram na crise de 2008) a usar a ajuda não em empregos e salários, mas na remuneração de acionistas e em doações às campanhas eleitorais.

O pacote foi aprovado com apoio oficial dos partidos Republicano e Democrata. Joe Biden, o favorito Democrata, foi rápido em elogiar o pacote

Luta por segurança no trabalho

A despeito das dificuldades em mobilizar, dado o isolamento social imposto pela pandemia, setores da classe trabalhadora mostram resistência. Protestos em frente aos locais de trabalho de setores essenciais exigem EPIs (máscara, luvas etc). No dos não essenciais, a luta é para fechá-los garantindo salários e benefícios. Este é caso da empresa de tecidos Jo-Anne (Colorado), ou dos trabalhadores do estaleiro Bath Iron Works (Maine), que entraram em greve e exigem de Trump que considere-o como não-essencial. Em alguns lugares os sindicatos puxam os protestos, em outros há ação espontânea, sobretudo na indústria automobilística com greves forçando Fiat-Chrisler e Honda a suspenderem a produção momentaneamente.

Motoristas de ônibus no Alabama se recusam a cumprir determinadas rotas até que a empresa reduzisse a lotação máxima. Na Pensilvânia, lixeiros cruzaram os braços exigindo EPIs. Trabalhadores da Amazon, do maior bilionário do mundo, Jeff Bezos, também paralisaram.

Facebook
Coletores de lixo em Pittsburg se recusam a trabalhar sem EPIs

A onda de mobilizações promete continuar nas próximas semanas, enquanto o povo trabalhador do país se vê pressionado entre condições precárias de trabalho e risco de desemprego, riscos à saúde e demora em efetivar os pagamentos às famílias que foi aprovado pelo Congresso dos EUA. Trabalhadores da Instacart (serviço de delivery que contrata trabalhadores no estilo Uber para fazer as compras em supermercados e entregá-las a clientes) também estão se mobilizando. A empresa anunciou "várias medidas" de proteção aos trabalhadores mas nenhuma responde às demandas feitas. A luta dos trabalhadores da Instacart continua com um indicativo de paralisação.

Correspondente

Trump chantageia Venezuela em meio à pandemia

Proposta indecorosa de suspender sanções em troca de "transição"

Poucos dias antes de anunciar a sua proposta de suspensão das sanções que aplica contra a Venezuela, o governo Trump, através do seu Departamento de Justiça, tinha emitido uma ordem de captura contra o presidente Maduro e mais 13 funcionários de seu governo, enquanto o secretário de Estado Mike Pompeo anunciava uma recompensa de 15 milhões de dólares por informações que ajudassem a aplicar a infame "ordem".

O mesmo Pompeo, em 31 de março, indicou que os EUA estariam dispostos a levantar as sanções contra o país, se fossem celebradas eleições presidenciais e parlamentares em "seis ou 12 meses". Uma "transição" que exigiria um governo provisório sem a presença de Nicolás Maduro e de Juan Guaidó. Caberia aos membros eleitos de "ambas as partes" da Assembleia Nacional (situação e oposição) formar um Conselho de Estado – não previsto na Constituição venezuelana – para organizar as eleições.

Em meio à pandemia, o imperialismo estadunidense ousou fazer tal proposta, rechaçada de imediato pelo chanceler Jorge Arreaza, depois de anos de bloqueio econômico e sanções com o objetivo de provocar uma "ruptura interna" devido à escassez de gasolina e recursos financeiros, queda do preço do petróleo, que já existiam antes da chegada do vírus no país, que provocaria a "ingovernabilidade"

A situação no país

Essa nova ingerência se dá num momento em que o governo Maduro avança no apoio à sua luta contra as sanções, com a ONU, União Europeia e outras instituições e governos pedindo que os EUA levantem o bloqueio e outras medidas unilaterais que impedem a compra de medicamentos e insumos neste momento de emergência sanitária.

Dentro do país, a resposta do governo Maduro à pandemia, com quarentena e testes de detecção rápida, permitiram números baixos de infectados e mortes em comparação com outros países da região. E isso, apesar de todas as dificuldades impostas pelo bloqueio. Essa resposta fortaleceu politicamente o governo, enquanto o títere Guaidó desapareceu do cenário político.

Maduro convocou o Conselho de Estado, conforme estabelece a Constituição, que se declarou em emergência e sessão permanente para afinar estratégias de combate à pandemia, além de convocar um amplo diálogo nacional. Exigiu do governo dos EUA levantar as medidas impostas à Venezuela, para que se possa utilizar os recursos da nação para enfrentar o coronavirus.

Levantar as sanções em troca de mudança de governo não tem outro nome senão chantagem e extorsão imperial.

Em meio a essa situação, os militantes agrupados no Comitê Autônomo e Independente de Trabalhadores (CAIT) combatemos com nosso povo pela supressão de todas as sanções e formas de bloqueio econômico exercidos pelo governo Trump ou qualquer outro governo.

Diante da pandemia, é genocida que os EUA e outros governos mantenham sanções – como as que pesam também sobre o Irã, Síria ou Cuba – que comprometam a sobrevivência dos povos.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

França: dias de luta de classe

Para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores

Correspondente

Trabalhadores de hospitais exigem proteção: máscaras, gel, luvas e testes

Na cidade de Amiens (norte da França), na segunda semana de março, a fábrica Valeo (peças de automóveis) tinha nove casos de coronavirus, mas continuava funcionando sem medidas protetivas. Os operários, através do sindicato, exigem medidas de prevenção e segurança e realizam fortes paralisações e em 17 de março, uma assembleia vota a suspensão do trabalho. Tudo foi feito para fazê-los voltar atrás, inclusive a pressão individual, mas a paralisação foi mantida. No dia 19, a empresa recua e decide um fechamento provisório.

Na Amazon, o empregador alegou que estabeleceu a distância de segurança... Mas as embalagens de papelão passam das mãos de um trabalhador para outro sem luvas! Os delegados sindicais multiplicam as intervenções, os alertas aos órgãos públicos, os pedidos de reunião extraordinária do CSE (comitê de empresa reunindo patrões e empregados). Sob essa pressão, muitas empresas cedem e fecham provisoriamente.

Na fábrica Verescence (vidros para perfumes), o sindicato questiona: o que justifica continuar a nos expor? A venda de perfumes de luxo em período de quarentena? O patrão aceita o fechamento parcial, mas planeja contratar trabalhadores temporários! Finalmente ele recua diante da recusa categórica do sindicato de permitir isso.

A Nestlé-Purina (ração para animais), argumenta que "a falta de rações poderá levar as pessoas a alimentar seus cães e gatos com produtos destinados ao consumo humano." Não importa, o sindicato CGT reafirma: as condições de segurança são insuficientes. "Serviço essencial" ou não os trabalhadores não aceitam trabalhar expondo-se ao risco do coronavírus!

Na saúde, "os serviços essenciais" são também pretexto para pressionar os funcionários a trabalhar sem segurança.

Apesar da chuva de interpelações que recebe, a administração da região orientou as empresas a "manter sua atividade em conformidade com as medidas de proteção". Palavras ao vento, pois fábricas reabrem e a atividade é retomada sem gel, sem máscaras, sem respeito ao distanciamento, sem garantia de ausência de contaminação.

Os patrões continuam patrões, prontos a sacrificar a saúde dos empregados para manter sua corrida pelo lucro. É com eles que deveríamos fazer a unidade nacional? Desde quando os representantes das vítimas devem assinar um compromisso com seus carrascos?

Correspondente

"ELES TERÃO QUE PRESTAR CONTAS"

Trechos da carta do Dr. Jean-Paul Hamon, presidente da Federação dos Médicos da França, infectado pelo Covid-19

"Espero que esta crise faça o governo entender que um sistema de saúde que funcione precisa de pessoal suficiente, com leitos de UTI suficientes.

Quando vejo que, neste momento, estamos liberando centenas de bilhões, eu me pergunto: não poderíamos, por uma vez, ter a coragem de aplicar 40 bilhões para garantir que o sistema de saúde funcione? Para ter os hospitais equipados, com pessoal e leitos suficientes? Para que o trabalho na saúde seja novamente atrativo para os jovens?

Estamos num sistema em que há falta de médicos na cidade de Clamart , a três quilômetros de Paris, numa zona prioritária.

Deixou-me indignado ver que as farmácias de Clamart receberam duas caixas com cinquenta máscaras cirúrgicas cada uma, de um tipo que é incapaz de impedir a passagem do vírus.

Vai chegar o momento em que a administração francesa terá que responder por sua negligência e incapacidade para gerir uma crise.

É preciso constituir uma comissão de investigação para saber o que aconteceu com essas máscaras. Como essa administração, que afirmava estar pronta, pôde se encontrar numa situação destas, em que médicos, enfermeiras, vão trabalhar em condições inaceitáveis?

Em várias regiões médicos começam a ser infectados, inclusive eu mesmo. Já havia uma falta de médicos e agora, quando são mais necessários, um número crescente deles estará fora de serviço! A administração francesa deverá ser responsabilizada por isso, vão ter que prestar contas."

Decreto em Portugal suspende direitos

Estado de emergência foi aprovado no Parlamento com votos da direita e da esquerda

O Parlamento de Portugal aprovou, em 18 de março, o projeto de decreto presidencial que instaura o estado de emergência, apresentado como resposta à crise sanitária. Todas as bancadas parlamentares, tanto de direita quanto de esquerda, votaram a favor (PS, Bloco de Esquerda, PAN, PSD, CDS) ou se abstiveram (Partido Comunista Português e Verdes, em particular).

Esse texto autoritário e anti-operário constitui, para muitos militantes, um questionamento histórico dos direitos fundamentais conquistados pela revolução portuguesa de 1974, a começar pelo direito de greve. Esse é o sentido do comunicado da Convergência, movimento formado no Bloco de Esquerda no fim de 2019, em oposição às orientações desenvolvidas pela atual direção do partido, em particular a linha de aliança política com o governo do PS, que não dispõe de maioria absoluta no Parlamento.

"Péssimo serviço"

A Convergência, em comunicado, critica a aprovação do estado de emergência – sem a menor oposição do Parlamento –, cujo efeito imediato é o de suspender indefinidamente os direitos dos trabalhadores. Abaixo trechos desse documento:

"A declaração do estado de emergência correspondeu a uma compulsão de segurança emanada do presidente da República. Essencialmente, nela foi incluída a suspensão dos direitos dos trabalhadores, do direito de greve e do direito à resistência. Temos a necessidade de diminuir os contatos sociais, mas não temos a necessidade de diminuir a democracia (...).

O estado de emergência deu carta branca ao governo para suspender os direitos trabalhistas, enquanto a emergência é garantir esses direitos, represar o contágio e preparar a resposta social à crise econômica. Não nos iludamos: uma vez superada a crise sanitária, o que virá a seguir é uma crise social, econômica e política de amplitude considerável (...).

Esse decreto do estado de emergência não prevê a proibição das demissões nem a garantia de 100% do salários para aqueles que são atingidos pelo fechamento das empresas ou que precisam permanecer em suas casas, nem a proteção aos trabalhadores precários ou autônomos, nem uma moratória sobre o pagamento dos aluguéis e dos financiamentos imobiliários, nem a suspensão do pagamento das contas de água, de eletricidade e de telefone enquanto durar a crise sanitária, nem o congelamento dos preços de gêneros alimentícios e de outros bens, nem a proibição da especulação econômica (...).

Sem isso, e com o apoio do governo, o capital procurará se recompor à custa dos trabalhadores e o mais rapidamente possível(...).

Aquele que, na Assembleia da República, não compreendeu ou não quis compreender isso e caucionou a declaração do estado de emergência, calculando e condicionando seu voto com base em arranjos político-partidários futuros no quadro parlamentar, prestou péssimo serviço à democracia e aos interesses dos trabalhadores e do povo (...).

Hoje e sempre, é com aqueles que lutam, que sofrem, que são socialmente excluídos, que queremos estar e que estaremos, pela transformação social e pelo social.

Correspondente

Greves continuam a pipocar na Itália

Governo e patrões expõem a classe trabalhadora ao coronavírus

Em 15 de março as centrais sindicais italianas CGIL, CISL e UIL assinaram acordo com o governo e os representantes patronais (reunidos na entidade Confindustria) prevendo que "o prosseguimento das atividades produtivas pode ocorrer se houver condições que assegurem aos trabalhadores níveis de proteção adequados".

"Adequados"? E quem julga isso, senão os próprios patrões? E além da saúde dos trabalhadores há o conjunto da comunidade porque continuar a se deslocar para ir ao trabalho aumenta o risco de contágio.

Assim, mesmo com toda crise sanitária os metalúrgicos do norte do país – região mais atingida pelo coronavirus - foram obrigados a organizar uma greve para preservar a saúde de seus filiados porque o decreto do governo que determinou o fechamento de empresas até 3 de abril permitiu o funcionamento de diversos setores que nada têm de essenciais.

Em outra região, na Liguria, a revolta explodiu neste final de março em todos os setores, tanto públicos como privados: saúde, bancos, seguradoras, organizações de crédito, tribunais, canteiro de obras da nova ponte Morandi – em Gênova. Com seus sindicatos, os trabalhadores exigiram a implementação de medidas de saneamento e proteção contra a infecção.

E as greves continuaram a pipocar nas atividades não essenciais que foram mantidas. Um exemplo é empresa Leonardo, na cidade de Spezia, cujo fechamento foi pedido pelo sindicato, mas negado pelo prefeito. A empresa, de nome Leonardo, é uma fábrica de armas! O mesmo ocorreu na Piaggio (fábrica de aviões) mantida aberta com aval da prefeitura.

Armamento, aviões, seriam produtos estritamente vitais neste período de emergência sanitária? Ou será uma produção vital para o capitalismo?

Empresas funcionando, vírus propagando

As lições da catástrofe que atingiu a Lombardia – onde situa-se Milão – não foram aprendidas por essa gente. Porque foram todas essas fábricas que continuaram funcionando, todos esses trabalhadores amontoados em locais de trabalho lotados, rapidamente ultra infectados, todos esses deslocamentos do trabalho para casa e vice-versa que permitiram a propagação explosiva do vírus para a população de toda a região

Ainda há muitas empresas abertas, muita gente trabalhando, muitos sem salário nem renda. É obrigação do governo intervir.

Revelou-se ineficaz o decreto presidencial que suspendeu a produção – e que ademais veio com atraso criminoso e só foi editado porque os sindicatos ameaçaram com a greve geral.

A Confindustria continua com sua atitude assassina: por um lado ela critica o decreto e, por outro, ela utiliza suas brechas para não parar a produção e continua a alimentar uma tragédia que prossegue um dia após o outro.

O número de mortos fala por si mesmo, os hospitais e os asilos para idosos já explodiram. São urgentes medidas que protejam e minimizem os riscos dos que continuam trabalhando.

Nos supermercados é preciso restringir ainda mais o acesso dos clientes e os horários de funcionamento, a começar pelo fechamento aos domingos, senão é impossível efetuar a desinfecção. E, sem isso, apenas as medidas de proteção individual são incapazes de impedir a contaminação.

E ainda há a difícil situação dos trabalhadores cujas fábricas pararam de funcionar e que estão recebendo parcialmente os salários ou auxílios, insuficientes.

Os sindicatos precisam manter a mobilização para exigir que o governo intervenha imediatamente para, de fato, suspender tudo o que não é fundamental, regulamentar as condições de trabalho nos setores essenciais, garantir os salários e a renda de todos. Caso contrário será necessária a greve geral!

Correspondente

Trabalhadores na China voltam a protestar

Enquanto produção é retomada no país, ressurgem manifestações coletivas

Mais de mil taxistas, na cidade de Liuzhou fazem manifestação pela suspensão das taxas

Após um mês durante o qual não houve praticamente nenhuma manifestação de trabalhadores na China, pois grande parte do país estava fechada, recomeçaram as iniciativas coletivas.

Muitas manifestações foram provocadas pelas dificuldades econômicas decorrentes da epidemia de covid-19.

O mapeamento dos conflitos trabalhistas do boletim "China Labour" registrou 25 manifestações desde que as empresas situadas fora da província de Hubei retomaram provisoriamente a produção, após a extensão do ano novo lunar de meados de fevereiro até o fim de fevereiro.

É ainda um número muito pequeno de manifestações em comparação com anos anteriores, e a maior parte ocorre em pequena escala. Mas, considerando que o covid-19 ainda está disseminado em muitas regiões do país, é significativo que haja manifestações coletivas.

Em 10 de março, mais de mil motoristas de táxi da cidade de Liuzhou, no sudoeste, organizaram manifestação exigindo a suspensão das taxas de contrato e o direito de revender seu veículo para a empresa de táxi sem penalidades. De acordo com eles, mesmo que as pessoas retornem ao trabalho, a falta de passageiros os impede de ganhar a vida. Tinha havido aumento no número de protestos dos taxistas antes da eclosão do covid-19, no final do ano passado.

Salários atrasados

A maioria dos recentes protestos de trabalhadores está ligada à exigência de pagamento de salários atrasados e às demissões. Por exemplo, funcionários de um restaurante de fast food em Pequim fizeram manifestação em 10 de março porque a empresa se recusou a pagar três meses de salários atrasados, mesmo após um tribunal ter ordenado o pagamento.

Na véspera, os médicos de um hospital privado de Zibo, na província de Shandong, que devia também três meses de salário, protestaram porque o hospital usava suprimentos médicos com validade vencida.

Em Pequim, trabalhadores se manifestaram contra a política de licença sem remuneração obrigatória que foi implementada pelo provedor de serviços online 58.com, que deu aos empregados apenas uma subvenção equivalente a 80% do salário mínimo mensal local, o que está longe de ser um salário decente.

Houve também atos, no início de março, dos proprietários de pequenas lojas e restaurantes, exigindo redução dos aluguéis por causa da diminuição drástica dos negócios desde o começo da epidemia. Trabalhadores da construção, inclusive os que foram contratados para erguer os hospitais de emergência para doentes do covid-19 em Wuhan, protestaram também contra salários não pagos.

Enquanto a produção vai voltando ao normal na China, os trabalhadores estão mais determinados do que nunca a garantir que seus direitos à remuneração, à seguridade social e à indenização não sejam violados.

Albert Tarp

REUNIÃO COREIA/HONG KONG

As direções da Confederação de Sindicatos Coreana (KCTU) e da Confederação dos Sindicatos de Hong Kong (HKCTU) fizeram reunião online, em 16 de março, para compartilhar experiências na luta contra a pandemia do covid-19. Os dirigentes das entidades, ao discutirem a situação dos trabalhadores na Coreia do Sul e em Hong Kong, denunciaram seus respectivos governos, que, em nome do combate à epidemia, liberam financiamentos focados nos empregadores, em vez de dar apoio aos trabalhadores. Após a reunião, a KCTU e a HKCTU emitiram declaração conjunta em que apresentam demanda de dez pontos aos seus governos ➔ (leia o texto em www.otrabalho.org.br).

Pandemia: "Intensificar o intercâmbio"

Carta dos coordenadores do AcIT propõe manter troca de informações sobre a situação

Luísa Hanune, secretária geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia e Dominique Canut da direção do Partido Operário Independente da França, enviaram uma carta, em nome do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), do qual ambos são coordenadores.

A carta se dirige em especial aos que participaram, em novembro de 2019, da reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili), em Paris. Este Comitê foi consituído em dezembro de 2017, na Conferência Mundial Aberta contra a guerrra e a exploração, realizada em Argel, capital da Argélia.

Na reunião de novembro em Paris com a participação de delegações de 55 países, estiveram presentes Julio Turra (da CUT) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), membros do Cili no Brasil.

A declaração ali adotada, antes do surgimento da pandemia afirmava: "Diante dessa marcha à barbárie que o capitalismo provoca, uma vaga revolucionária se levanta – de Argel a Santiago do Chile, passando por Beirute, Hong Kong, Bagdad, Cartum, Porto Príncipe e Barcelona – exigindo que sejam expulsos do poder os regimes submissos ao capital".

A pandemia interrompeu aqueles processos que semanalmente, ou mesmo quase diariamente, levava milhões às ruas em diversos países. As razões pelas quais se levantavam só se aprofundam e se aceleram com a pandemia. "Neste momento em que milhões de pessoas tomam consciência de que o que está em jogo é a sobrevivência da humanidade, necessitamos manter o contato", diz a carta do AcIT, publicada abaixo.

"30 de março de 2020

Queridos (as) camaradas,

No momento em que a epidemia está adquirindo uma dimensão catastrófica em todos os continentes.

No momento em que se explicitam as consequências da asfixia da investigação científica provocada pelo capital, do abandono de continentes inteiros privados de todo sistema sanitário digno desse nome, e a destruição acelerada nas últimas décadas dos sistemas de saúde pública ali onde existiam.

No momento em que os governos de muitos países se mostram incapazes de garantir alimento e medicamentos, assim como meio elementares de proteção da população.

No momento em que se fecham as fronteiras, uma depois da outra, e que todos os governos, a começar pelo estadunidense, o britânico, o francês..., incapazes de proteger a seus povos decretaram – como um só homem – o estado de emergência, proibindo manifestações, reuniões, atentando contra todos os direitos democráticos e operários; e, aproveitando-se da catástrofe pela qual são responsáveis, fazem passar leis que desmantelam conquistas sociais e econômicas fundamentais, com o pretexto do Covid-19.

No momento em que dezenas de milhares de mortos e mais de meio milhão de portadores do vírus revelam a verdadeira natureza do sistema de dominação imperialista e dos governos a ele submetidos; um sistema portador da barbárie e que se constitui, como nunca, uma ameaça iminente contra as bases da civilização humana.

Nos parece vital estreitar mais os laços que estabelecemos na Conferência Internacional e o Ato Internacional de 30 de novembro em Paris.

Intensificando o intercâmbio entre nós, impediremos que se abata um silêncio de morte sobre nossos povos "confinados".

Neste momento em que milhões de pessoas tomam consciência de que o que está em jogo é a sobrevivência da humanidade, necessitamos manter o contato.

Necessitamos conhecer e dar a conhecer as condições em que cada um de nós tem que combater para restabelecer uma visão global desta resistência e desmascarar o modo como o imperialismo e seus agentes utilizam a pandemia para servir aos objetivos escravagistas do capital financeiro em plena crise de decomposição.

O que pensam vocês?

Não hesitem em mandar notícias de vocês e de suas organizações. No aguardo de respostas, recebam, queridos camaradas, nossas fraternais saudações

Luísa Hanune e Dominique Canut
Co-coordenadores da Coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos"

A pretexto da crise, ataques aos direitos na Grécia

Notas extraídas do jornal Informações Operárias do POI, França

Na Grécia, a Iniciativa dos Trabalhadores da Universidade de Atenas denuncia que "em nome da luta contra o Covid-19, uma série de medidas reacionárias e anti-operárias são tomadas, o que alguns queriam passar há muito tempo. Horas extras não registradas, horário flexível institucionalizado assim como sua extensão (por exemplo nos supermercados), o trabalho à distância, a transferência de pessoal para outros serviços, etc. Não vamos nos enganar, essas medidas excepcionais vieram para ficar (...). Em breve, as 'aglomerações' serão proibidas e teremos acabado com as manifestações para sempre. A questão diz respeito ao coração do capitalismo. A crise é uma ocasião."

O sindicato dos marinheiros Penen não está disposto a tolerar as demissões de centenas de marinheiros anunciadas pelos armadores, governo e o sindicalismo alinhado à sua política, sob pretexto do coronavirus. "Declaramos categoricamente nossa oposição a qualquer tentativa de demissão ou de não recontratação na entrada do verão, que começa em primeiro de abril de 2020."

Divulgação

Campo de Moria em Lesbos, Grécia

O drama dos refugiados

Desde o desenvolvimento da epidemia do coronavirus, não se ouve mais falar das dezenas de milhares de refugiados submetidos às piores condições.

Para falar apenas do caso daqueles estacionados em acampamentos nas ilhas gregas do mar Egeu, a médica coordenadora dos médicos sem fronteiras na Grécia, Hilde Vochten, disse: "Em algumas partes do campo de Moria, há apenas um ponto de água para 1300 pessoas e não há sabão. Famílias de cinco ou seis pessoas têm que dormir em espaços de no máximo 3 metros quadrados. As medidas recomendadas, como lavagem frequente das mãos e distância social para prevenir a propagação do vírus são simplesmente impossíveis."

Ignorando os múltiplos apelos, tanto na Grécia como em nível internacional, para evacuar imediatamente os campos de refugiados, o governo da Nova Democracia, ao invés de hospedá-los em alojamentos decentes, dignos e saudáveis, para protegê-los da epidemia, anunciou em 17 de março, que eles estavam proibidos de sair dos campos de concentração nas ilhas e nas fronteiras, bloqueando-os com armadilhas mortais.

Os campos (e outros acampamentos "selvagens") foram fechados. Segundo um artigo do Jornal dos Editores, de 27 de março, o governo se limita a instalar caixas eletrônicos e pontos de distribuição de alimentos nos campos.

O TRABALHO PT
Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R$ 60,00 • 24 edições: R$ 120,00 • Assinatura solidária: R$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br